



## AGENDA DA GREVE

seg = atividade em cada órgão  
ter = ato na Câmara às 15h  
qua = 10h sessão CFT  
sex = piquete nos órgãos

**FAÇA A SUA PARTE!**

PL 6613

# Policarpo apresenta relatório e Lewandowski promete apoio

*Presidente do TSE afirmou que, em nome da Justiça Eleitoral, solicitará a inclusão do valor do reajuste no orçamento do Judiciário e ajudará a negociar a aprovação do projeto*

O deputado Policarpo apresentou ontem (16) o relatório do PL 6613 à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. A apresentação estava marcada para terça (14), mas foi adiada em razão da consolidação do apoio do Judiciário ao relatório de Policarpo.

"O ministro Ricardo Lewandowski me ligou na quinta à noite para dizer que vai solicitar a inclusão do valor do reajuste no orçamento do Judiciário e que ajudará a negociar o PL 6613, em nome da Justiça Eleitoral", comemorou Policarpo. Preocupado com o possível atraso do plebiscito sobre a divisão do Pará (veja p. 2), Lewandowski demonstrou disposição para atuar na negociação do reajuste e, assim, dar fim à greve.

O coordenador-geral do Sindjus Berilo Leão avalia que essa liderança é importante: "Nos últimos dias, enquanto estávamos construindo a greve, o Policarpo estava garimpando o apoio das administrações para a aprovação do relatório. A ligação do presidente do TSE foi o coroamento da semana", avaliou.

O início dessa história aconteceu na segunda (13), na reunião dos DGs, quando a diretora-geral do TSE, Patrícia Landi, posicionou-se contra um ponto do relatório do PL 6613, a diminuição do valor das funções comissionadas. Na terça Lewandowski reuniu-se com Policarpo e se comprometeu a defender o projeto, mas pediu que ele "se harmonizasse" com a posição da diretora-geral.

Na quarta, em reunião com o deputado, a diretora afirmou que o apoio do TSE ao relatório seria decidido pelos servidores e mandou consultá-los, conforme relatam os servidores Antonio Silva, Eliane Josimar e Job Filho, presentes ao encontro. O tribunal convocou uma assembleia para quinta e, dos 327 presentes, 312 votaram a favor do relatório.

"Já temos as administrações construindo a proposta orçamentária e o relatório já foi apresentado", disse a coordenadora do Sindjus Sheila Tinoco. "O movimento continua na próxima semana pedindo a cada órgão o efetivo engajamento na negociação. O servidor também tem que fazer sua parte para que seu presidente ajude. Todos à greve!", concluiu ela.



ARTHUR MONTEIRO

Ato na Câmara na última terça (14): servidores lotam o auditório Nereu Ramos para pedir o apoio dos deputados ao projeto

# Greve no Judiciário pode adiar plebiscito no Pará

A greve dos servidores pode causar alterações no calendário previsto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a realização do plebiscito sobre a divisão do estado do Pará. Caso isso realmente ocorra, será a primeira vez que uma consulta à população é adiada pelo tribunal por causa de uma paralisação de seus funcionários.

Segundo a Secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Cláudia Braga Mendonça, o TSE está fazendo todo o possível para que o calendário do plebiscito seja cumprido, tanto que já foi criado um Grupo de Trabalho pela Administração, visando começar os procedimentos de planejamento para o plebiscito.

A previsão é que sejam criados os estados do Tapajós e Carajás, mas é necessário ouvir os moradores das áreas. Para isso, o TSE quer cumprir o prazo dado pelo Congresso Nacional para a realização do plebiscito até o dia 11 de dezembro, mas a data poderá ser alterada. A Câmara dos Deputados aprovou, há um mês, decretos legislativos que deram prazo de até seis meses para a realização da consulta aos mais de três milhões de eleitores paraenses.

O problema é que existem prazos para serem cumpridos, inclusive com a realização de contratos e licitações, e boa parte dos servidores das áreas envolvidas aderiu à greve para a aprovação do Plano de Cargos e Salários da categoria, que hoje completa o seu 29º dia de greve.

Servidores do TSE ouvidos pela reportagem do Sindjus, que preferem não ser identificados, contam que dificilmente será possível, por exemplo, ge-

rar todos os códigos-fonte para as urnas, como uma garantia de que não haverá fraude. Esse procedimento deve ser feito pelo menos dois meses antes de ser enviado ao TRE do Pará, que precisará ainda preparar as urnas para a consulta.

Outra área que poderá ser afetada é a administrativa, uma vez que os servidores que realizam os contratos e licitações também aderiram à greve. "Temos áreas no TSE que só têm o chefe trabalhando", revelou Ana Cláudia Braga Mendonça.

A secretária de Gestão de Pessoas espera que as negociações para aprovação do relatório do deputado Policarpo ao Projeto de Lei 6613/09 ocorra o quanto antes. "Defendemos a aprovação do relatório. Tanto a diretoria-geral do TSE quanto o presidente do Tribunal estão sensíveis ao pleito dos servidores", afirmou Ana Cláudia.

O novo estado de Tapajós ocuparia 58% do atual território do Pará, na região oeste, e Carajás ficaria com 25% , no sudeste paraense. Caso sejam criados, Tapajós terá 27 municípios, com 1,7 milhões de habitantes, e Carajás contará com 39 municípios com 1,4 milhões de pessoas. Mas o número de eleitores só será conhecido após a decisão da população, caso aceite a divisão do Pará.

Os dois novos estados mudariam a representatividade no Congresso Nacional, com mais seis senadores e 14 deputados federais, no mínimo. Essa quantidade varia de acordo com o número de habitantes. A Constituição Federal prevê o mínimo de sete e máximo de setenta deputados, proporcionais à população.

## RELATÓRIO

### Tire todas as dúvidas

Se você ainda tem qualquer dúvida em relação às mudanças no relatório do PL 6613, consulte o nosso site. Temos publicado diariamente esclarecimentos detalhados aos servidores.

As duas principais mudanças são a alteração do número de padrões da tabela salarial, que atualmente é de 15, para 13. Hoje um servidor leva 14 anos para chegar ao fim da carreira. A partir da implantação da nova tabela, levará 12 anos.

"É a mesma quantidade de padrões de carreiras análogas à nossa nos poderes Executivo e Legislativo, e é importante lembrar que não haverá nenhum tipo de perda", explicou Jailton Assis, coordenador de administração e finanças do Sindjus. Confira no site os padrões e a tabela.

**GAJ e FC** – O informativo do dia 13 traz informações detalhadas e a íntegra do relatório. Policarpo propôs a GAJ de 155% como forma de equiparação salarial da categoria com os outros Poderes. E, para viabilizar essa porcentagem, propôs diminuir a FC de 65% para 50%. Veja por que isso representa ganho para os servidores:

- O aumento salarial é grande e a diminuição da FC é mínima.
- A diminuição só ocorre depois do reajuste, e por isso o impacto do aumento salarial tornará insignificante a redução da FC.
- O servidor transforma em salário parte da FC e tem benefícios em relação a isso na aposentadoria.
- A medida combate o expediente de manter sob "rédea curta" quem tem FC e minimiza problemas como desvios de função, jornada extra e submissão, porque com o seu salário a chefia não pode jogar.